



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0027.13.005335-1/001 Numeração 0733951-
Relator: Des.(a) Eduardo Andrade
Relator do Acórdão: Des.(a) Eduardo Andrade
Data do Julgamento: 14/01/2014
Data da Publicação: 20/01/2014

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENÇÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ART. 151, V, DO CTN. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Dispõe o art. 151, V, do CPC: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: (...) V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial".

- A previsão legal do art. 151, V, do CTN não deve ser conjugada com a exigência de depósito integral ou prestação de caução.

- Recurso parcialmente provido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0027.13.005335-1/001 - COMARCA DE BETIM - AGRAVANTE(S): DIASE CONSTRUÇÕES LTDA - AGRAVADO(A)(S): MUNICÍPIO DE BETIM

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos em <DAR PARCIAL PROVIMENTO>.

DES. EDUARDO ANDRADE

RELATOR.

DES. EDUARDO ANDRADE (RELATOR)



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

VOTO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por DIASE CONSTRUÇÕES LTDA. em face da decisão de fls. 635, TJ, que condicionou o pedido de concessão de liminar nos autos de ação anulatória de débito à prestação de caução idônea pela agravante.

Sustenta a agravante que não se justifica a necessidade de prestação de caução para o fim de obtenção de liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário objeto da demanda. Nesse sentido, afirma que o artigo 151, V, do CTN autoriza a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem oferecimento de garantia. Sustenta, ademais, que está presente o requisito da verossimilhança das alegações, pois lhe está sendo cobrada exação tributária que sequer foi cobrada do responsável legal, e cujo montante exsurge de base de cálculo equivocada, eis que não houve dedução dos custos com materiais e subempreitadas.

À fl. 642v. foi deferido o pedido de tutela antecipada recursal para suspender a exigibilidade do Auto de Infração nº 7306 até o julgamento do mérito recursal.

Regularmente intimado, o MUNICÍPIO DE BETIM apresentou contrarrazões às fls. 653/660, pugnando pelo desprovimento do recurso.

Conheço do recurso, pois presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

Infere-se dos autos que DIASE CONSTRUÇÕES LTDA. ajuizou "Ação Anulatória de Débito Fiscal c/c pedido de antecipação de tutela" em face do MUNICÍPIO DE BETIM, objetivando a anulação do lançamento tributário relativo ao Auto de Infração nº 7306.

O pedido de tutela antecipada objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi formulado com espeque no



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

disposto no art. 151, V, do CTN, que dispõe: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: (...) V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial".

O d. juiz a quo não apreciou o pleito de tutela antecipada, condicionando a análise do mesmo à prestação de caução, no valor do débito, verbis:

"Para que seja apreciado o pedido liminar - suspensão do crédito tributário - entendo que a autora deverá prestar caução no valor do débito.

Assim, para que seja evitado um resultado de grave dano ao executado de incerta ou difícil reparação, e frente ao poder geral de cautela que me é concedido, tenho que indispensável é a prestação de caução idônea. Com isso, ficará resguardado eventual risco processual de futura alteração na situação jurídica, caso a decisão seja alterada.

Nesses termos, intime-se a autora para prestar caução idônea no valor do débito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido liminar."

Razão assiste ao agravante quando afirma que a previsão legal do art. 151, V, do CTN não deve ser conjugada com a exigência de depósito integral ou prestação de caução.

Como bem leciona LEANDRO PAULSEN: "Não é correto o condicionamento do deferimento de liminar ao depósito do montante do tributo. Isso porque são causas distintas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Assim, o Juiz deve apreciar se estão presentes os requisitos para a concessão da liminar (art. 7º, inc. II, da Lei 1.533/51 no caso do mandado de segurança; art. 798 do CPC em se tratando de tutela cautelar; art. 273 do CPC em se tratando de antecipação de tutela em ação ordinária) e concedê-la ou não. Neste último caso, restará ao contribuinte, ainda, a possibilidade de efetuar

o depósito do montante do tributo para obter a suspensão da exigibilidade do crédito." (In "Direito Tributário - Constituição, Código Tributário e Lei de Execução Fiscal à Luz da Doutrina e da Jurisprudência", 13ª ed., 2011, p. 1.117).

Nesse sentido, são os seguintes precedentes jurisprudenciais:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "C", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMINAR CONCEDIDA. INAUDITA ALTERA PARTE. ART. 151, V, DO CTN. IUS SUPERVENIENS. INEXIGIBILIDADE DO DEPÓSITO INTEGRAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO ACERCA DA INCLUSÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS NO VALOR INTEGRAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA.

No caso excepcional dos autos, mostra-se cabível o deferimento da liminar pelo magistrado, sem a audiência das partes, porquanto "justifica-se a concessão de medida liminar 'inaudita altera parte', ainda quando ausente a possibilidade de o promovido frustrar a sua eficácia, desde que a demora de sua concessão possa importar em prejuízo, mesmo que parcial, para o promovente" (ROMS 335/CE, Rel.Min. Cesar Asfor Rocha, RSTJ 47/517).

A Lei Complementar n. 104, de 10 de janeiro de 2001, ao alterar o inciso V do artigo 151 do Código Tributário Nacional, passou a indicar como causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em outras espécies de ação judicial, afastando a tese restritiva, segundo a qual somente a medida liminar em mandado de segurança produziria tal efeito.

Incidência do ius superveniens à espécie.

A teor do disposto no artigo 151, incisos VI e V, do Código Tributário Nacional, independentemente do depósito do crédito tributário, é cabível a concessão da liminar, se presentes os seus pressupostos, com a conseqüente suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Precedentes.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ausência de prequestionamento da questão de que o depósito do montante integral do crédito tributário, ao qual alude o inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional, deve compreender juros e correção monetária.

Divergência jurisprudencial superada.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 153633/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2002, DJ 01/07/2002, p. 272) Destaquei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA - DEPÓSITO PRÉVIO VALOR PARA ANÁLISE DA TUTELA ANTECIPADA - DEFERIMENTO.

O MM. Juízo "a quo" deve analisar o pedido de tutela antecipada requerido pelo agravante/autor sem a necessidade de depósito prévio e caso presentes os pressupostos necessários, básicos e indispensáveis, à concessão da tutela antecipada, no caso concreto, conforme disposto no art. 273, do CPC, a tutela antecipada pode ser conferida. (Agravado de Instrumento Cv 1.0145.13.019814-9/001, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/07/2013, publicação da súmula em 10/07/2013)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO ANULATÓRIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ICMS SOBRE TUST E TUSD. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.

A antecipação de tutela em ação anulatória de débito é causa autônoma de suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do inciso V do art. 151 do CTN, não sendo correto condicionar o deferimento de liminar ao depósito prévio do montante do tributo. Basta a presença dos requisitos autorizadores para a concessão da tutela antecipada para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 273 do CPC.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Recurso conhecido mas não provido.

(Agravado de Instrumento Cv 1.0447.12.001560-0/001, Relator(a): Des.(a) Albergaria Costa, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/01/2013, publicação da súmula em 08/02/2013)

Não é possível, todavia, que este juízo ad quem avance na análise da presença dos requisitos necessários à concessão da tutela antecipada, sob pena de se configurar a indevida supressão de instância.

Superada a questão da exigência de caução, deve o d. juízo a quo, de acordo com o seu convencimento, analisar o pedido de concessão de tutela antecipada. A propósito, confira-se o seguinte julgado deste egrégio TJMG, em situação semelhante:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO UNIPESSOAL. RECURSO DESPROVIDO. I - Em observância aos princípios da devolutividade e do juízo natural, ao Tribunal é vedado analisar questões não apreciadas pelo magistrado singular, ressalvadas as matérias de ordem pública que podem ser conhecidas de ofício, sob risco de consubstanciar-se a ocorrência da inaceitável supressão de instância. II - Logo, é defeso ao juízo "ad quem" responder pedido de tutela antecipada para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário executado (art. 151, V, CTN) quando o juízo "a quo" disso não tratou, tendo se limitado a negar o pedido ao argumento de que a oferta de escavadeira hidráulica em garantia do juízo não se enquadra na hipótese do art. 151, II, do CTN, mostrando-se incensurável a decisão monocrática do relator que, com base no art. 557, "caput", do CPC e para evitar a abominável violação ao duplo grau de jurisdição, nega seguimento ao agravo de instrumento. (Agravado 1.0024.12.205640-1/002, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/11/2013, publicação da súmula em 18/11/2013) Destaquei.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Com essas considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, apenas para afastar a exigência de caução para a análise do pedido de tutela antecipada.

<>

DESA. VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ARMANDO FREIRE - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO"